O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que dispõe o § 5º combinado com o § 7º do artigo 115 da Constituição Estadual, promulga a Lei nº **3870**, de 24 de junho de 2002 oriunda do Projeto de Lei nº 1886 -A, de 2000.

LEI Nº 3870, DE 24 DE JUNHO DE 2002.

REGULAMENTA O ARTIGO 80 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
D E C R E T A:**

Art. 1º - O art. 80 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro fica regulamentado na forma desta Lei.

Art. 2º - O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos seus destinatários servidores públicos decai em 05 (cinco anos), contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º - O prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º - Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa aquela que importe impugnação à validade do ato.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

**Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 24 de junho de
2002.**

DEPUTADO SÉRGIO CABRAL

Presidente